

Pauta do esforço concentrado deve incluir uma nova política salarial

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A prefixação de preços e salários, através de um redutor, foi discutida ontem num almoço entre o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros e o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza (PE). Segundo Fiúza, a fórmula que está sendo discutida entre empresários e trabalhadores será levada hoje pelo sindicalista aos demais líderes partidários, um pouco antes deles se reunirem para definir a pauta do esforço concentrado que começa hoje e só termina com o recesso parlamentar, marcado para

começar no próximo dia 15. Uma nova política salarial deverá ser o principal assunto do esforço concentrado na opinião de alguns líderes.

O assunto já se arrasta pelo Congresso desde o primeiro semestre e poderá ter um desfecho dentro dos próximos dez dias, caso trabalhadores, empresários e governo cheguem a um acordo na reunião do entendimento nacional marcada para hoje. A disposição de apoiar, no Congresso, uma proposta que obtenha o consenso no âmbito do pacto já foi manifestada por líderes da situação e oposição.

Fiúza disse acreditar que a prefixação é inflacionária. Ele, no entanto, acha, que, se a decisão for tomada no âmbito do pacto, pode ter um componente psicológico importante para o sucesso da fórmula. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PRN-SE), também acha possível a prefixação. Uma segunda opção, comentada por Medeiros e pela CNI, seria um abono para os trabalhadores. Hoje, todos os presidentes das federações das indústrias se reúnem em Brasília para fechar uma posição em torno do assunto e levá-la à mesa do entendimento.

Pela manhã, o presidente Fernando Collor volta a receber, no Palácio do Planalto, os líderes governistas.

O governo precisa ter suas bases parlamentares unidas, para aprovar, no esforço concentrado, matérias de seu interesse. A pacificação iniciada há duas semanas, porém, ainda não

obteve resultados firmes. "O restabelecimento dos contatos é lento. O presidente vai ter que ouvir os políticos cada vez mais, se quiser governar", afirmou o líder Amaral Netto (PDS-RJ). Ele não confirmou qual seria a posição de sua bancada diante da votação da questão salarial. O líder do PTB, Gastone Righi (SP), reivindicou participação nas decisões do governo e disse que o Executivo terá que transigir na questão salarial, para obter o apoio no Congresso.

Estão esperando votação, no Congresso, 16 medidas provisórias e 32 vetos, entre eles, aqueles impostos ao Plano de Benefícios da Previdência. No Senado, há 12 pedidos para emissão de títulos, feitos por estados e municípios. Na Câmara entre as matérias polêmicas está o projeto que define o crime de usura para quem cobrar juros reais acima de 12% ao ano. As pautas das três Casas serão definidas hoje à tarde.